

O tema do STF de número 1231 trata sobre a Constitucionalidade da Lei do Município de Fortaleza que fixa como teto para pagamento das requisições de pequeno valor RPV o equivalente ao maior benefício do Regime Geral de Previdência Social em face da capacidade econômica do ente federado e do princípio da proporcionalidade

O tema do STF de número 1231 afirma que I As unidades federadas podem fixar os limites das respectivas requisições de pequeno valor em patamares inferiores aos previstos no artigo do ADCT desde que o façam em consonância com sua capacidade econômica II A aferição da capacidade econômica para este fim deve refletir não somente a receita mas igualmente os graus de endividamento e de litigiosidade do ente federado III A ausência de demonstração concreta da desproporcionalidade na fixação do teto das requisições de pequeno valor impõe a deferência do Poder Judiciário ao juízo políticoadministrativo externado pela legislação local